

Emoções: fundamentos conceituais dos fenômenos psicológicos.

Emotions: conceptual foundations of psychological phenomena.

Emociones: fundamentos conceptuales de los fenómenos psicológicos.

Eileen Pfeiffer Flores ✉
Universidade de Brasília

Fabio Hernandez de Medeiros
Universidade Federal de Goiás

Carlos Barbosa Alves de Souza
Universidade Federal do Pará

RESUMO

Este estudo tem por objetivo apresentar a análise de Gilbert Ryle (1949/2009) do funcionamento lógico dos conceitos relacionados à emoção, incluindo sentimentos, inclinações, agitações e estados de ânimo. Ryle não propõe uma nova teoria das emoções, e sim uma análise de como os conceitos funcionam em seu “lar original”. Por meio desta leitura guiada da análise de Ryle, busca-se oferecer um exemplo concreto e desfazer confusões frequentes sobre o papel desse tipo de elucidação conceitual, mostrando que ela é condição prévia para o estabelecimento das condições de sentido de perguntas empíricas. Antes de fazer parte de teorias psicológicas, os conceitos de emoção nascem e se transformam nos contextos das interações cotidianas, dos quais é inseparável o entendimento das regras lógicas para seu uso. Quando nos esquecemos disso, há o risco de formular revisões conceituais inadvertidas que levam a confusões na teorização e a perguntas de pesquisa que não podem, logicamente, ser respondidas empiricamente.

Palavras-chave: emoções; sentimentos; estados de ânimo; análise conceitual; Gilbert Ryle.

ABSTRACT

We present Gilbert Ryle's analysis (1949/2009) of the logical operation of concepts related to emotions, including feelings, inclinations, agitations and moods. Ryle does not propose a new theory of emotions, but an analysis of how these concepts work in their "original home", which is ordinary language. Through this guided reading of Ryle analysis, we seek to offer a concrete example and undo frequent confusion about the role of this kind of conceptual clarification, by showing that it is a prerequisite for establishing the conditions of sense of empirical questions. Before becoming part of psychological theories, emotion concepts are born and transformed in the contexts of human interaction which establish criteria for their use. When we forget this, we risk inadvertently revising concepts which may lead to confusion in theorizing and research questions that cannot logically be answered empirically.

Key words: emotions; feelings; moods; conceptual analysis; Gilbert Ryle.

RESUMEN

Se presenta el análisis de Gilbert Ryle (1949/2009) de la operación lógica de los conceptos relacionados con las emociones, incluyendo sentimientos, inclinaciones, agitaciones y estados de ánimo. Ryle no propone una nueva teoría de las emociones, pero un análisis de cómo funcionan estos conceptos en su "lugar de origen", que es el lenguaje ordinario. A través de esta lectura guiada de análisis de Ryle, buscamos ofrecer un ejemplo concreto y deshacer frecuente confusión sobre el papel de este tipo de clarificación conceptual, demostrando que se trata de un requisito previo para el establecimiento de las condiciones de sentido de cuestiones empíricas. Antes de convertirse en parte de las teorías psicológicas, conceptos de emoción nacen y se transforman en los contextos de interacción humana, los cuales establecen criterios para su uso. Cuando nos olvidamos de esto, corremos el riesgo de adoptar cambios conceptuales inadvertidos, lo que puede dar lugar a confusiones en la teorización y a preguntas de investigación que no pueden lógicamente ser solucionadas de forma empírica.

Palabras clave: emociones; sentimientos; estados de ánimo; análisis conceptual; Gilbert Ryle.

Desde o seu início como área do conhecimento específica, a Psicologia tem tratado do tema das emoções (James, 1884; Titchener, 1909). As emoções têm sido investigadas desde variadas perspectivas, incluindo abordagens psicobiológicas (e.g., Lewis, Haviland-Jones & Barrett, 2008), cognitivas (e.g., Kaspar et al., 2013), culturais (e.g., Wulff, 2007),

evolutivas (e.g., Lench, Bench, Darbor, & Moore, 2015) e comportamentais (e.g., Leigland, 2014).

O presente trabalho procura contribuir para a discussão das emoções na Psicologia a partir de uma análise da "geografia lógica" dos conceitos relacionados à emoção em seu "lar original", que é a

linguagem ordinária ou cotidiana. Os conceitos relacionados aos fenômenos emocionais não são técnicos em sua origem. Nós falamos de emoções o tempo todo no dia-a-dia e sabemos usar esses conceitos com destreza, mas isso não significa que tenhamos clareza da lógica que rege seu uso. Como afirma Ryle (1949/2009), alguém pode saber caminhar por uma cidade com muita desenvoltura, mas ficar embaraçado quando lhe pedem para desenhar um mapa dos lugares que percorre.

A discussão se dará, portanto, por meio de elucidação conceitual. Como esclarecem Machado e Silva (2007), o trabalho de clarificação conceitual, embora menos valorizado que, por exemplo, o trabalho experimental ou os modelos matemáticos, é de suma importância para avaliar a consistência e a coerência de propostas teóricas e para a formulação de perguntas empíricas significativas. Para realizar esse mapeamento da “geografia” lógica dos conceitos relacionados à emoção, acompanharemos a argumentação de Ryle (1949/2009) em sua obra *The Concept of Mind*. Trata-se de um texto que, embora acessível (no sentido de disponível), é frequentemente compreendido, erroneamente, como uma proposta teórica a mais ou como um conglomerado de afirmações empíricas sem fundamentações em evidências (veremos adiante que ambas as interpretações são errôneas). Por outro lado, nossa experiência didática tem nos mostrado que a linguagem coloquial usada por Ryle dá uma falsa impressão de simplicidade e que, em geral, para o estudante de Psicologia e mesmo para pesquisadores que procuram adotar algumas de suas noções (como a noção de conceito disposicional), o texto não é autosuficiente. Esperamos que o presente texto possa, assim, (re)apresentar *insights* interessantes sobre o tema das emoções trazidos por Ryle (1949/2009) e,

ao mesmo tempo, servir como um exemplo “guiado”, complementado com explicações, exemplos e relações com ideias de outros autores, da espécie de análise conceitual por ele realizada.

A análise da “geografia lógica” ou do “funcionamento lógico” dos conceitos psicológicos em seu “lar original” (por exemplo, das distinções que eles estabelecem, do que eles incluem e excluem, de como eles se relacionam com outros conceitos, dos critérios para usá-los, do que logicamente se pode deduzir quando são utilizados) pode ajudar a elucidar as condições de sentido que devem estar presentes quando falamos de fenômenos psicológicos, incluindo as ocasiões em que desejamos formular perguntas empíricas ou novas teorias acerca do tema. Uma das maneiras de fazer isso é “juntar lembretes”, para usar uma expressão de Wittgenstein (1953/1973), sobre os contextos em que usamos os conceitos psicológicos e sobre os critérios que adotamos para imputar um determinado predicado psicológico a uma pessoa. Isso é importante porque a clareza acerca dessas condições de uso dos conceitos é pré-condição para a formulação de perguntas de pesquisa e propostas teóricas inteligíveis e frutíferas (Bennet & Hacker, 2003; Holth, 2001; Machado, Lourenço & Silva, 2000).

Objecções à análise conceitual

Vale apresentar brevemente algumas objeções frequentes ao trabalho de análise conceitual, antes de proceder com a análise aqui proposta. A primeira objeção é que o mapeamento da lógica que rege o uso dos conceitos na linguagem cotidiana não possui interesse para a Psicologia, porque o verdadeiro avanço se dá por meio da pesquisa empírica e não da especulação acerca de meras “palavras”. Podemos desejar, por exemplo, estabelecer as bases neurológicas

do medo, e certamente, dir-se-á, não avançaremos se ficarmos mapeando como e em que contextos dizemos que estamos com medo. Nesse sentido, a análise conceitual seria um exercício estéril de “*arm-chair psychology*” que atrasaria o progresso científico.

Porém, tomando esse mesmo exemplo, se quisermos falar das bases neuropsicológicas do medo, estaremos tratando, desde o início, do medo. Ou seja, o conceito de medo é a pré-condição de sentido sobre a qual estabelecemos todas as nossas perguntas sobre suas bases neurológicas (ou outras perguntas empíricas). Como afirmam Bennet e Hacker (2003), o sentido é pré-condição da indagação científica. Se desejamos correlacionar, por exemplo, fenômenos neuronais ou hormonais com situações de medo, o conceito de medo é anterior, e não resultado, de nossa investigação. Assim, se estivermos confusos acerca do conceito de medo (por exemplos, acerca dos critérios para seu uso, de suas relações com outros conceitos, das condições para imputar a medo a alguém, das diferenças entre expressar o próprio medo e descrevê-lo em outra pessoa), faremos também perguntas confusas sobre suas bases neurológicas.

A segunda objeção é a de que, quando fazemos ciência, não estamos preocupados em usar a linguagem cotidiana. Na linha dessa objeção, não haveria utilidade alguma em percorrer os usos ordinários dos conceitos emocionais, posto que quem faz ciência propõe termos técnicos e trabalha com eles. Em resposta a essa objeção, é necessário, antes, deixar claro que não há problema algum em propor mudanças no uso de certos conceitos no contexto de uma teoria e que a ciência avança, em grande parte, propondo inovações conceituais (Harzem & Miles, 1978). A proposta de Ryle (1949/2009) e de outros

filósofos da linguagem cotidiana não é no sentido de proibir o uso de termos técnicos nem de renegar as teorias psicológicas meramente porque propõem novos usos técnicos. Novos *insights* e novas formas de ação, seja na ciência, na técnica ou na arte, só podem ser expressas, muitas vezes, cunhando-se novas formas de falar. Mas, como explica Glock (1996), isso só é possível quando são estabelecidos os critérios que regem o sentido do novo termo cunhado ou de um novo uso de um termo já existente. Faz-se necessário estabelecer as novas regras para o uso do termo técnico ou especializado e demonstrar sua aplicação na teoria, as distinções que o novo conceito traça, as relações deste com outros conceitos técnicos e não técnicos, e assim por diante. Quando isso não é feito, no lugar de inovações conceituais úteis e iluminadoras, pode-se incorrer no uso descontextualizado do termo não técnico e na adoção de usos revisados que obliteram distinções traçadas no “lar original” do conceito e/ou mesclam o uso revisado com o uso original segundo a conveniência (Harzem & Miles, 1978; Oliveira-Castro & Oliveira-Castro, 2001).

Diferenças entre análise conceitual e construção de teorias

É importante esclarecer em que *não* consiste a análise conceitual, como a que realiza Ryle (1949/2009) ao se debruçar sobre os conceitos psicológicos. Não se trata de uma proposta teórica acerca das emoções ou de uma nova filosofia da mente. Autores frequentemente criticam ou elogiam as análises de Ryle (1949/2009) em relação aos conceitos psicológicos como se estas estivessem no mesmo nível de uma teoria psicológica ou filosófica, ou seja, como se estivéssemos frente a afirmações empíricas ou a uma proposta teórica sobre como *devemos* definir e conceituar as emoções (e.g. Bestor, 1979; Schnaitter, 1985)¹

Teorias psicológicas das emoções abundam e vêm de longa data. James (1890) criticava a esterilidade dessas teorias e afirmava que teria tanto prazer em ler uma descrição detalhada do formato das pedras numa fazenda de New Hampshire quanto em ler novamente os clássicos psicológicos sobre as emoções. Passados mais de 120 anos, persiste a crítica e a insatisfação com as propostas existentes de taxonomia das emoções, por serem consideradas arbitrárias e de pouco valor heurístico (cf. Ellsworth, 2014). Analisar a lógica do uso dos conceitos de emoção, no sentido de retomar o funcionamento desses conceitos em contextos em que não estamos filosofando ou teorizando, pode ajudar a estabelecer bases mais consistentes para novas teorias. Para usar uma metáfora, não se trata de criar novos caminhos, mas de compreender os que percorremos todos os dias.

Wittgenstein (1953/1973) dizia que, quando entramos no plano filosófico, somos tentados a querer criar uma terminologia sem ambiguidades, uma linguagem com fronteiras nítidas. Ele comparava isso à criação de uma paisagem sem irregularidades, um terreno liso, sem fricção. Nesse terreno sem fricção, temos a ilusão de que caminharemos sem dificuldades. Mas tentamos caminhar e é justamente nesse momento que acabamos escorregando:

Chegamos a uma região de gelo escorregadio em que não há fricção, portanto, em certo sentido, as condições são ideais, mas, justamente por isso, não conseguimos andar. Queremos andar. Portanto, precisamos de atrito. De volta ao terreno áspero! (Wittgenstein, 1953/1973, PI 107, p. 46, tradução nossa).

Para avançar, precisamos voltar ao terreno rugoso dos usos cotidianos dos conceitos das emoções e suspender as dicotomias que costumam guiar a teorização (e.g., emoções básicas/complexas, inatas/adquiridas, individuais/sociais). Trata-se de observar de fato como funcionam os conceitos de emoção, em vez de buscar uma essência da emoção.

Análise dos conceitos emocionais

Ryle (1949/2009) dissolve a ilusão de homogeneidade que nos assola quando falamos de fenômenos psicológicos, dentre eles, a emoção. Ele começa com uma ambiguidade proposital: “Irei argumentar que a palavra ‘emoção’ é usada para designar pelo menos três ou quatro diferentes tipos de coisas que chamarei de ‘inclinações’ (ou motivos), ‘humores’, ‘agitações’ e ‘sentimentos’” (p. 69, tradução nossa). Em vez de apresentar um número definido de categorias, Ryle se refere, de forma um tanto vaga, a esses três ou quatro grupos de conceitos, mostrando novamente que não se trata da construção de um sistema, mas da apresentação dos usos dos conceitos como eles se dão nas nossas formas de vida, com distinções, sobreposições e relações complexas entre conceitos que não se deixam demarcar de forma precipitada. Lembremos aqui da frase de Wittgenstein (1953/1973), ao constatar que, quando explicamos um conceito para alguém, muitas vezes não conseguimos traçar fronteiras nítidas entre um e outro conceito: “Mas isso não é ignorância. Não conhecemos as fronteiras porque nenhuma foi traçada.” (p. 33, tradução nossa).

Sentimentos (*‘Feelings’*)

Há emoções que tendemos a descrever aludindo a acontecimentos corporais que podem ser mais ou

¹ Para uma exposição dos equívocos envolvidos em abordar a proposta de Ryle (1949/2009), ver a introdução de Julia Tanney à obra citada.

menos metafóricos. Ryle (1949/2009) deu um rótulo a esse grupo, denominando-os sentimentos (*feelings*). Falamos, por exemplo, que ‘gelamos’ de medo ao nos darmos conta do perigo que estávamos correndo, ‘vibramos’ de alegria ao ver nosso velho amigo, que ‘nosso peito se encheu de orgulho’ ao ver nosso filho vencendo uma prova de natação, que ‘tá doendo’ de tantas saudades do ser amado, que ‘nosso sangue ferveu’ ao descobrir uma deslealdade ou que ficamos com o ‘coração na mão’ ao ver alguém sofrendo.

Cabe chamar a atenção para um ponto relevante destacado por Ryle (1949/2009): Embora esses termos se refiram a sensações corporais (de forma metafórica, claro, pois ninguém vai negar que você gelou de medo se sua temperatura de fato não tiver caído nem vai tentar aferir seu grau de alegria com um medidor de vibração), os conceitos de emoção não são nomes de sensações corporais. Por exemplo, dizer que alguém está assustado é descrever mais do que certas sensações corporais. Se tais sensações fossem suficientes para caracterizar a emoção, não seria necessário qualificar as sensações como sendo ‘de’ ou ‘pertencentes’ a uma determinada emoção, nem precisaríamos do contexto para caracterizar do que se trata. Bastaria descrever, com suficiente detalhe, os arrepios, frêmitos, choques, frios e calores, ou talvez desenvolver equipamentos de alta precisão que monitorassem as várias reações corporais, e imediatamente saberíamos se está em jogo a antecipação alegre (do parente que chega) o nervosismo (com o primeiro encontro amoroso) ou o medo (do cão que late). Mas sabemos que não é assim. Nesse sentido é equivocado

definir a emoção, tal como o faz LeDoux (2014) como um “estado do corpo e do cérebro”². Conceitos emocionais não nomeiam sensações ou estados corporais e estes não são condição suficiente nem necessária para se falar em emoções.

Inclinações e motivos

Este grupo recebeu de Ryle (1949/2009) o rótulo provisório de ‘inclinações’ ou ‘motivos’. Mais importante que o rótulo, no entanto, é a lógica do uso desse segundo grupo de conceitos, em contraste com o primeiro.

A questão que Ryle (1949/2009) quer esclarecer é que muito do que se chama de ‘emoção’ tem um sentido muito diferente das expressões descritas anteriormente: trata-se de expressões que são apresentadas como ‘inclinações’ e que podem servir como motivos ou explicações do comportamento das pessoas. São conceitos que apresentam lógica disposicional (Ryle, 1949/2009). Os conceitos que têm essa característica não nomeiam coisas, eventos nem processos. Eles resumem regularidades.

Para ilustrar a lógica dos conceitos disposicionais, podemos dar o seguinte exemplo de um conceito sem relação com as emoções: *Maria é vegetariana*. Descrever Maria como sendo vegetariana não descreve um episódio, pois Maria não necessariamente está se alimentando agora; o conceito descreve uma regularidade, que pode ser traduzida na forma de ‘se, então’. Por exemplo, quando descobrimos que Maria é vegetariana, isso nos permite supor que, se Maria se alimenta, então, Maria não consome carne; se alguém lhe oferece carne, ela a recusa; se alguém

² Incidentalmente, chama a atenção que corpo e cérebro sejam justapostos como se o cérebro não fosse parte do corpo, o que sugere que a palavra cérebro está sendo usada como substituto direto do termo “mente” conforme ele é usado no referencial dualista cartesiano (cf. Bennet & Hacker, 2003).

pergunta, ela se declara vegetariana; se alguém a convida para comer churrasco, é bem provável que ela recuse ou sugira levar algo alternativo.

O conceito disposicional resume, de forma necessariamente vaga, mas suficiente para muitas situações cotidianas, ocorrências passadas observadas ou conhecidas (por exemplos, episódios observados em que Maria recusou carnes ou procurou opções vegetarianas) e permite prever ocorrências futuras, sem pretensão de exatidão, mas de forma a contextualizar os atos de Maria. Conceitos desse tipo descrevem os motivos pelos quais agimos, pois permitem situar atos específicos em uma regularidade conhecida. Quando perguntamos por que Maria nem tocou no delicioso filé da festa, e alguém nos responde que é porque ela é vegetariana, essa pessoa está explicando o ato de Maria, no sentido de inseri-lo em um contexto maior, de forma que o ato de recusar o filé passa a fazer sentido a partir do que já sabemos sobre o vegetarianismo. O vegetarianismo, assim, é o motivo pelo qual Maria recusou o filé. A partir dessa inserção do ato específico nesse contexto maior, podemos, entre outras coisas, fazer previsões (se alguém oferecer carne para Maria, ela irá recusar) e inferências sobre como Maria pode agir em outras situações (Maria não deve gostar desses comentários de que quem não come carne fica desnutrido).

Os conceitos da família das emoções, muitas vezes, possuem uma lógica semelhante a essa. Servem para situar uma ação num contexto conhecido das interações humanas. Um exemplo é dizer que alguém agiu por ganância. Esse tipo de afirmação é, às vezes, confusamente equiparado com uma descrição de um ‘sentimento’ de ganância que a pessoa teria tido e que teria levado ela a agir, no sentido de uma ocorrência oculta ou um ‘impulso’ (*drive*) invi-

sível que teria produzido a ação. Temos a ilusão de que a ganância seria algum evento ou processo que impulsionaria a ação. Mas, como vimos, trata-se de um conceito que não tem por função nomear coisas ou eventos (é um erro comum achar que todas as palavras têm essa mesma função – ver Austin, 1975). Trata-se de um conceito emocional cuja lógica é disposicional. Portanto, é um conceito que tem uma lógica diferente dos conceitos do primeiro grupo analisado (*feelings*). Assim, se um amigo conta que João fez coisas, na hora da partilha da herança, de que todos achavam que ele nunca seria capaz, e se alguém explica que João foi movido por sentimentos de ganância, essa explicação não consiste em nomear alguma sensação corpórea de que João foi acometido. Tampouco é necessário ter, de algum modo, acesso a algo como “episódios” de ganância que aconteceriam no corpo ou na mente de João. Como apontado por Ryle (1949/2009), se inclinações fossem nomes de eventos acessíveis somente ao indivíduo que os sente, uma pessoa ‘vaidosa’, ‘gananciosa’ ou ‘mesquinha’ deveria ser a primeira a presenciar e reconhecer tais sentimentos, quando geralmente é a última. Reconhecendo a possibilidade de viés ao falar sobre nós mesmos, geralmente tomamos como mais confiável a opinião de um terceiro imparcial.

Tratar emoções como nomes de episódios privados conduz a uma perplexidade conhecida como ‘o problema das outras mentes’ (Austin, 1956/1979b). No contexto desta análise, o problema pode ser resumido da seguinte forma: se emoções se referissem a episódios privados, nunca conseguiríamos saber que emoção outra pessoa está sentindo, pois os eventos aos quais as emoções se referem seriam, por definição, inacessíveis a terceiros. Ou seja, nunca saberíamos com certeza o que ocorre (ou mesmo *se* ocorre

algo) na mente de outras pessoas, pois somente o próprio indivíduo, que possuiria acesso privilegiado ao seu mundo interno, poderia relatar o que se passa ali. Nesse sentido, afirmar que alguém está sentindo uma emoção seria uma atividade essencialmente inferencial e dubitável.

O ‘problema das outras mentes’ se dissolve quando nos damos conta de que descrever alguém como ‘ganancioso’ não é referir-se a ocorrências. O que estamos fazendo é contextualizar os atos da pessoa numa trama maior. Trata-se de proferir um resumo de certas relações ‘se, então’ esperadas ou observadas. Claro que a especificidade das relações irá variar, posto que se trata de um conceito do tipo ‘disposicional aberto’ (Oliveira-Castro & Oliveira-Castro, 2001), ou seja, não há um único conjunto de situações que irá definir a ganância em todos os casos. No entanto, mesmo de maneira vaga, a descrição permite ter uma ideia de como João irá se comportar se for solicitado que ele abra mão de uma parte de sua herança para um dos irmãos, por exemplo.

Outros casos de inclinações são dizer que alguém agiu movido por um sentimento de inveja, de caridade, despeito, vingança ou compaixão. Mas, alguém poderia perguntar: certos ‘sentimentos’ não irão fazer parte também dessas situações? Sabemos quantas coisas “sentimos” em nosso corpo quando estamos com um sentimento de vingança, não? A resposta é que tais ‘sensações’ ou agitações podem fazer parte das ocorrências específicas que são resumidas por um conceito como ‘sentimento de vingança’. Mas elas não são o critério que usamos para usar o conceito. Tais agitações ou comoções não constituem condições necessárias nem suficientes para caracterizar o uso de qualquer um desses conceitos.

Para mudar o exemplo, pode-se imaginar um psicólogo que atende famílias da comunidade todo sábado pela manhã. Alguém o descreve como “movido por um profundo sentimento de solidariedade”. Entre outras coisas, essa pessoa está lhe dizendo que o psicólogo não está agindo por interesse (por exemplo, para ganhar algum tipo de crédito no trabalho) nem simplesmente para ter dados para sua tese, nem para ser bem visto socialmente. O conceito traz ainda uma espécie de “permissão” para fazer certas previsões e inferências, como lembra Ryle (1949/2009). No exemplo dado, espera-se que a pessoa não abandone as famílias logo após conseguir os dados que queria para a tese. Também se espera que alguém movido por um profundo sentimento de solidariedade não desista de ir atender ao primeiro convite para um churrasquinho no sábado. Agora, o que com certeza não está implicado em dizer que a pessoa tem um forte sentimento de solidariedade é algum tipo específico e necessário de ‘sentimento’ (no sentido do primeiro grupo de conceitos). Ficaria estranho perguntar “Você diz que age movido por um profundo sentimento de solidariedade. Hoje você foi atender as famílias. A que horas, mais ou menos, você foi acometido pelo sentimento de solidariedade? Ou “O que, exatamente, você SENTE em seu corpo quando é possuído pelo sentimento de solidariedade?”. Caso se insista em fazer essas perguntas estranhas, o psicólogo poderá responder que não sente nada específico que se chame ‘sentimento de solidariedade’, embora possa ter sentido várias outras coisas, como uma sensação de estar “nas nuvens” de tanta felicidade ao ver os resultados de seu trabalho ou uma tristeza muito grande ao acompanhar a perda de um de seus pacientes. Mas tais sentimentos de estar “nas nuvens” ou de profunda tristeza não constituem “evidências” mais legítimas ou mais específicas do sentimento de solidarie-

dade do psicólogo do que, por exemplo, seu ato de ir atender essas pessoas todo sábado, mesmo quando está muito cansado (pelo contrário, seu ato de abnegação é uma evidência muito mais forte de sua solidariedade do que qualquer frêmito corporal).

Em resumo, conceitos como ‘ vaidade’, ‘ ambição’, ‘ misericórdia’, ‘ patriotismo’, ‘ amor’ ou ‘ ódio’ nos dão as “ motivações” ou os “ motivos” da ação de alguém, mas não no sentido de uma condição antecedente e sim no sentido de uma contextualização. Dizer que Pedro abriu mão do seu conforto por amor aos filhos é contextualizar esse ato a partir de outros padrões que conhecemos de Pedro. Trata-se de inserir este ato específico em um padrão maior, que inclui a relação mais ampla de Pedro com o filho e com o mundo e, ao mesmo tempo, exclui outras possíveis explicações para seu ato (por exemplo, que ele quis apenas aparecer como uma pessoa abnegada).

Ao dizer que o amor aos filhos impulsiona Pedro a trabalhar muito para dar a eles uma vida melhor, abordar o conceito disposicional “ amor aos filhos” como se nomeasse mais uma ocorrência pode levar a armadilhas, como a de levar ao pé da letra a ideia de “ impulso” e pôr-se a imaginar que o amor e outros motivos seriam molas para-mecânicas propulsoras da ação. Por outro lado, pode levar também à rejeição dos conceitos disposicionais como circulares ou fictícios por postularem supostas causas fantasmagóricas. Mas, como vimos, não se trata de uma explicação que relaciona causalmente duas ocorrências e sim de outro tipo de explicação, que esclarece ocorrência(s) inserindo-a(s) em uma trama mais ampla. Seria equivocado afirmar que essa explicação é redundante ou circular. Trabalhar muito não é equivalente a amar os filhos. O “ amor aos filhos” é o contexto maior que nos permite entender o árduo

trabalho de Pedro. Ou seja, é um tipo de explicação que torna inteligíveis os atos de Pedro ao situá-los no âmbito daquilo que sabemos e que esperamos quando dizemos que alguém ama muito os filhos.

Agitações

As ‘ agitações’, comoções ou ‘ estados emocionais’ são diferentes das inclinações/motivações já descritas. Descrevem estados emocionais intensos em que as pessoas se encontram, por exemplo, ansiosas, excitadas, chocadas, assustadas, boquiabertas, irritadas, agitadas, enlouquecidas, comovidas ou paralisadas. Costumamos descrever esses estados de agitação em termos de sua violência ou ‘ força’. Como a própria metáfora da “ agitação” ou da “ comoção” indica, tais descrições carregam consigo a ideia de forças opostas (assim como num mar agitado). Ryle (1949/2009) nos convida a pensar que muitas dessas ‘ agitações’ podem ocorrer em situações em que estão em jogo duas inclinações incompatíveis, ou uma inclinação e um impedimento. No caso de alguém que sofre um assalto, por exemplo, a pessoa fugiria, ou talvez atacaria o assaltante, se não houvesse uma arma apontada para ela (ou o conhecimento da possibilidade de uma arma). Ela se diz, então, “ paralisada” pelo medo.

Outra situação em que se falaria de uma agitação é o caso em que uma pessoa descobre estar sendo traída no meio de uma grande comemoração familiar do aniversário de sua avó mais querida. Uma forte inclinação a chorar, a ir embora, a gritar, entra em conflito com a inclinação, também forte, a fazer de tudo para ver a avó feliz. Um estado de transtorno emocional transparece em seus atos, que não são mais de felicidade e alegria, mas tampouco se revelam como a expressão plena de sua raiva e frustração. Muitas vezes, o rosto se transfigura em uma

quase careta, “preso” que está entre duas tendências de expressão opostas.

Tomando os dois últimos “grupos” de conceitos analisados, vale ressaltar que a mesma palavra pode ser usada para descrever uma inclinação ou uma comoção, porém, inclinações não se definem como inclinações a ter agitações com o mesmo nome. Por exemplo, dizer que Ana está louca de preocupação descreve uma agitação. Mas dizer que Ana é preocupada com a família não se define por uma tendência a ficar agitada ou a sofrer crises de preocupação. O mesmo se aplica à palavra “prazer”, que frequentemente causa confusão, como se fazer algo por prazer significasse ser acometido por agitações de prazer durante a atividade. Podemos dizer que alguém está “enlouquecido (a)” de prazer, e neste caso se trata de uma ‘agitação’, mas se dizemos que Lara faz esculturas por prazer, embora usemos a mesma palavra, não se trata do mesmo conceito. Ao afirmarmos que Lara esculpe por prazer, isso não implica em que ela seja acometida por ondas de prazer enquanto esculpe. Pode sentir uma “onda” de prazer e contentamento ao ver o resultado parcial de seu trabalho, pode ter sensações prazerosas ao manusear o material, mas não é isso que queremos dizer quando dizemos que algo é feito “por prazer”. Até porque não é contraditório dizer que alguém que se engaja em certa atividade “por prazer” é às vezes acometido por sentimentos negativos enquanto a realiza. Por exemplo, enquanto Lara trabalha em suas esculturas, em alguns momentos pode ter sentimentos negativos, ficar irritada com um aspecto do trabalho que não está saindo como ela imaginou, sentir-se frustrada, exaurida ou até mesmo não “sentir” nada de especial. Aliás, como aponta Ryle (1949/2009), quando dizemos que Lara está profundamente envolvida no trabalho,

parte do que estamos dizendo é justamente que agitações e sentimentos NÃO a acossam. “Fazer por prazer” não é definido, portanto, por agitações de prazer que ocorrem o tempo todo ou intermitentemente.

Mas o que significa, então, dizer que fazemos por prazer? Trata-se, sobretudo, do que Ryle (1949/2009) denomina “função negativa”, ou seja, fazer por prazer não é fazer para ganhar algo chamado “prazer”, mas, justamente, fazer sem precisar ganhar nada (e.g., dinheiro, sucesso). O conceito esclarece que algo não está sendo feito por obrigação, que a atividade em si nos basta, que, se temos oportunidade, nos engajamos na atividade e assim por diante.

Humores/Estados de ânimo

Dizer que alguém está com certo humor ou ‘estado de ânimo’ também é uma afirmação do tipo disposicional (e.g., propenso a sentir certas coisas em certas situações, propenso a reagir de certas maneiras e não de outras) mas são afirmações bem gerais. Os ‘humores’ têm em sua lógica a característica de não estarem voltados para algum objeto específico. Quando dizemos que alguém está “de mau humor”, entende-se, entre outras coisas, que a pessoa não está com raiva de algo ou alguém muito específico, mas aborrecida de forma difusa e geral.

Outro aspecto interessante é que falar de um ‘humor’ ou ‘estado de ânimo’ geralmente indica um contraste com a maneira usual de agir da pessoa. Dizer que ela está com um humor sombrio é, em parte, dizer que seu agir, suas expressões, seu semblante contrastam com seu jeito usual de ser. Dizer que alguém sofre de mau humor de manhã é dizer, por exemplo, que pela manhã, em contraste com outros momentos do dia, esta pessoa tende a reagir

de maneira mais ríspida, talvez fique menos inclinada a “bater papo” ou mais predisposta a irritar-se. As manifestações específicas do que chamaremos de mau humor irão depender muito da pessoa e da forma como ela age normalmente. Se uma pessoa já é pouco sociável e em geral muito calada, não diremos que está de mau humor pelo fato de estar pouco disposta a conversar.

Considerações Finais

Esperamos que a presente apresentação tenha ajudado a esclarecer, dentre outras coisas, que o contexto não é um mero acessório para conceituarmos um fenômeno emocional. Não é algo externo que apenas “modularia” a emoção, mas parte integrante da lógica dos conceitos de emoção. Quando supomos que alguém está sentindo tristeza, mas não encontramos um contexto que justifique essa emoção, procuramos esse contexto para nos certificarmos de que cabe falar em tristeza (e não em cansaço ou tédio, por exemplo). O contexto é um dos critérios para o uso dos diferentes conceitos emocionais.

As emoções, em suma, podem ser melhor compreendidas se nos debruçarmos sobre o funcionamento lógico dos conceitos em seu “lar original”, não para deixarmos de propor novos conceitos e teorias, mas para ter clareza do que se está modificando, posto que os conceitos de emoção não são originalmente termos técnicos. A pergunta “O que é emoção?” pode ser substituída por “Em que contextos falaríamos desta ou daquela maneira? Em que contextos entenderíamos desta ou daquela maneira?”

O mapeamento de seu funcionamento lógico permite lembrar que os conceitos de emoção têm relações internas, e não contingentes, com comportamento contextualizado (comportamentos e contexto

são critérios para o uso dos conceitos de emoção). Coerente com essa proposta, o objetivo deste trabalho foi tentar mostrar o potencial desse tipo de análise conceitual para o estudo das emoções. Relacionando o que foi apresentado com a terminologia da Análise do Comportamento, podemos dizer que atentar para a geografia lógica dos conceitos em seu lar original ajuda a compreender as contingências que evocam seu uso pela comunidade verbal. Por isso, fazer análise conceitual como a que foi exemplificada aqui é muito mais do que lidar com meras “palavras” ou “definições”. Espera-se que o presente trabalho sirva como um convite ao uso da análise conceitual como instrumento para teorização e para a formulação de perguntas empíricas na pesquisa básica e aplicada sobre as emoções. Como afirmou Austin (1956/1979a), a linguagem ordinária com certeza não é a última palavra, mas temos que lembrar que ela é a primeira.

REFERÊNCIAS

- Austin, J. L. (1975). *How to do things with words* (2nd Ed.). J. O. Urmson & M. Sbisà (Eds.). Oxford: Oxford University Press.
- Austin, J. L. (1979a). A plea for excuses. In J. O. Urmson, & G. J. Warnock (Eds.), *Philosophical papers* (3rd Ed.) (pp.175-204). Oxford: Clarendon Press. (Original work published 1956).
- Austin, J. L. (1979b). Other minds. In J. O. Urmson, & G. J. Warnock (Eds.), *Philosophical papers* (3rd Ed) (pp.76-116). Oxford: Clarendon Press. (Original work published 1946).
- Bennett, M. R. & Hacker, P. M. S. (2003). *Philosophical foundations of neuroscience*. Oxford: Blackwell.
- Bestor, T. W. (1979). Gilbert Ryle and the adverbial theory of mind. *Personalist*, **60**, 233-242.

- Ellsworth, P. C. (2014). Basic emotions and the rocks of New Hampshire. *Emotion Review*, *6*(1), 21-26. doi: 10.1177/1754073913494897
- Glock, H. J. (1996). *A Wittgenstein dictionary*. Oxford: Blackwell.
- Harzem, P. & Miles, T. R. (1978). *Conceptual issues in operant psychology*. Chichester: Wiley.
- Holth, P. (2001). The persistence of category mistakes in psychology. *Behavior and Philosophy*, *29*, 203-219.
- James, W. (1884). *What is an emotion?* *Mind*, *9*, 188-205. Retrieved from: <http://psychclassics.yorku.ca/James/emotion.htm>
- James, W. (1890). *The principles of psychology*. Retrieved from: <http://psychclassics.yorku.ca/James/Principles/>
- Kaspar, K., Hloucal, T. M., Kriz, J., Canzler, S., Gameiro, R. R., Krapp, V., et al. (2013). Emotions' impact on viewing behavior under natural conditions. *PLoS ONE*, *8*(1), e52737. doi: 10.1371/journal.pone.005273
- LeDoux, J. (2014). Emotion appears to be generated in REM Sleep in the absence of sensory input. How does this Finding fit with your stimulus-response model of emotion? In N Tranquillo (Ed.), *Dream Consciousness: Allan Hobson's new approach to the brain and its mind* (V. 3, pp. 157-158). Basel: Springer International Publishing.
- Leigland, S. (2014). Contingency horizon: On private events and the Analysis of Behavior. *The Behavior Analyst*, *37*(1), 13-24.
- Lench, H. C., Bench, S. W., Darbor, K. E., & Moore, M. (2015). A functionalist manifesto: Goal-related emotions from an evolutionary perspective. *Emotion Review*, *7*(1), 90-98. doi: 10.1177/1754073914553001
- Lewis, M., Haviland-Jones, J. M., & Barrett, L. F. (Eds.). (2008). *Handbook of emotions* (3rd Ed). New York: Guilford Press.
- Machado, A., Lourenço, O., & Silva, F. J. (2000). Facts, concepts, and theories: The shape of psychology's epistemic triangle. *Behavior and Philosophy*, *28*, 1-40.
- Machado, A., & Silva, F. J. (2007). Toward a richer view of the scientific method: The role of conceptual analysis. *American Psychologist*, *62*(7), 671-681.
- Oliveira-Castro, J. M., & Oliveira-Castro, K. M. (2001). A função adverbial de "Inteligência": Definições e usos em Psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *17*(3), 257-264.
- Ryle, G. (2009). *The concept of mind (60th Anniversary Edition)*. London: Routledge (Original work published 1949).
- Schnaitter, R. (1985). The haunted clockwork: Reflections on Gilbert Ryle 's The Concept Of Mind. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *43*(1), 145-153.
- Titchener, E. B. (1909). *Lectures on the experimental psychology of thought-processes*. New York: Macmillan. Retrieved from: <https://archive.org/details/cu31924024573176>
- Wittgenstein, L. (1973). *Philosophical Investigations* (3rd ed) (G. E. M. Anscombe, Trans.) Oxford: Blackwell. (Original work published 1953).
- Wulff, H. (2007). *The emotions: A cultural reader*. Oxford: Berg.

Recebido em 06/04/2016 Revisado em 25/09/2016 Aceito em 20/11/2016
--